

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Constituição da República Portuguesa prevê, como tarefa prioritária do Estado, que se garanta “o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”, bem como, “uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde” (Cfr artº 64º, nº 3, al. e b).

Este imperativo constitucional foi concretizado na Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019, de 04 de setembro), nomeadamente assegurando o nº 4 da Base 1 que o Estado “*promove e garante o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais*”, e conferindo na Base 2 o direito dos cidadãos ao acesso “*aos cuidados de saúde adequados à sua situação, com prontidão e no tempo considerado clinicamente aceitável, de forma digna, de acordo com a melhor evidência científica disponível e seguindo as boas práticas de qualidade e segurança em saúde*”.

Ora, ao longo dos últimos anos, por diversas vezes, o correto funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Vendas Novas não tem sido assegurado devido à falta de médicos (ex.: 24 para 25/12/2022, 29 para 30/01/2023 e 06/03/2023).

Mais recentemente, no dia 19/11/2024, voltou a verificar-se a falta dos dois médicos que deveriam estar alocados ao Serviço, ficando a população vendasnovense privada do acesso a cuidados de saúde que lhe deveriam ser garantidos.

Nesse contexto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Senhor Ministro da Saúde, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

1. Tem a Senhora Ministra conhecimento das situações acima relacionadas?

2. Que medidas se prevê implementar para evitar que tais situações se repitam?

3. Existe um sistema de monitorização da qualidade dos Serviços de Atendimento Permanente?
Em caso afirmativo, qual e quais as classificações?

Palácio de São Bento, 21 de novembro de 2024

Deputado(a)s

HUGO SOARES(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)

MIGUEL GUIMARÃES(PSD)

ALBERTO MACHADO(PSD)

FRANCISCO SOUSA VIEIRA(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

ANDREIA BERNARDO(PSD)

ISABEL FERNANDES(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

AMÍLCAR ALMEIDA(PSD)

ANA GABRIELA CABILHAS(PSD)

BRUNO VITORINO(PSD)

DULCINEIA CATARINA MOURA(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

SOFIA CARREIRA(PSD)